



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Assessoria Técnica - SUPEL-ASSEJUR

Parecer nº 493/2018/SUPEL-ASSEJUR

PROCESSO: 0028.019811/2018-11

PROCEDÊNCIA: SEDAM

ASSUNTO: ANÁLISE DO JULGAMENTO DE INTENÇÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 267/2018/KAPPA/SUPEL/RO

OBJETO: Aquisição de veículos tipo caminhão leve para atender as necessidades da SEDAM

I. INTRODUÇÃO

1. Trata-se de intenção de recurso administrativo apresentada pela recorrente **DIGIMAQ COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E SERVIÇOS** (2511405 e 2528844), com fundamento no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 26 do Decreto Estadual n.º 12.205/06.
2. O presente processo foi encaminhado a esta Assessoria a pedido do Senhor Superintendente para fins de análise e parecer.
3. Abrigam os autos o Pregão Eletrônico nº **267/2018/KAPPA/SUPEL/RO**.
4. Não houve apresentação de contrarrazões aos autos.

II. ADMISSIBILIDADE

5. Não obstante a recorrente ter apresentado intenção de recurso para os item 01 e desistido de se pronunciar em suas razões recursais, acolhemos a intenção de recurso como expressão do direito de petição inscrito no artigo 5º, XXIV, "a", da Constituição Federal.

III. DA INTENÇÃO DE RECURSO APRESENTADA PELA RECORRENTE DIGIMAQ COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E SERVIÇOS

6. Insurge a recorrente contra decisão que classificou a empresa **EXTRA MÁQUINAS S/A** para o item 01 do certame.
7. A recorrente apresentou intenção de recurso apontando que a recorrida não atendeu as exigências editalícias referente a proposta apresentada.
8. Aponta que o tanque de combustível seria inferior ao solicitado, estando o catálogo apresentado desatualizado.
9. Porém a recorrida desistiu de apresentar suas razões de recurso.
10. Requer a procedência de seu recurso e a reforma da decisão no sentido de inabilitar a empresa **EXTRA MÁQUINAS S/A** para o item 01 do certame.

IV. DECISÃO DA PREGOEIRA

11. Compulsando os autos, a Pregoeira julgou pela:

- **IMPROCEDÊNCIA** do intenção de recurso administrativo apresentado pela licitante **DIGIMAQ COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO, MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA**, permanecendo a recorrida **EXTRA MÁQUINAS S/A** classificada para o item 01 do certame.

V. PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL

12. Verificados os requisitos de admissibilidade dos recursos administrativos, quais sejam - tempestividade, legitimidade e interesse -, passamos a análise dos atos praticados na fase recursal.

13. Insurge a recorrente apresentando inconformismo com a decisão que classificou para o item 01 do certame a empresa **EXTRA MÁQUINAS S/A**.

14. Alega em sua intenção de recurso que a recorrida não atendeu as exigências editalícias referente à descrição apresentada na proposta, apontando que o tanque de combustível é inferior ao solicitado no edital, bem como aduz que o catálogo apresentado pela recorrida encontra-se desatualizado.

15. O certame em apreço objetiva a aquisição de um veículo tipo caminhão leve para atender as necessidades da Coordenadoria de Florestas Plantadas – PROJETO RECUPERAR, as especificações detalhadas do objeto encontram-se no item 02 do Termo de Referência (2127662).

16. Consta nos autos no anexo (2397369) a documentação da recorrida, tendo apresentado folder junto à proposta (fl. 3/4 - 2397369) no qual observa-se a compatibilidade com o edital no quesito impugnado referente ao tanque de combustível, encontrado nas descrições apresentada pela recorrida como volume de 150.

17. Quanto ao apontamento de que a recorrida teria apresentado folder desatualizado em consulta ao site da fabricante^[1], não assiste razão a recorrente, pois pode ser encontrado disponível em site da fabricante a proposta em compatibilidade com a apresentada pela recorrida.

18. Consequentemente, opina-se pela manutenção da decisão que classificou a recorrida para o certame, pelo atendimento a todos os dispositivos elencados no Instrumento Convocatório, conforme se extrai dos autos.

Insere-se na esfera de discricionariedade da Administração a eleição das exigências editalícias consideradas necessárias e adequadas em relação ao objeto licitado, com a devida fundamentação técnica. Entretanto, em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, é inadmissível que a Administração deixe de aplicar as exigências previstas no próprio edital que tenha formulado.

(Acórdão 2730/2015 – Plenário).

19. Portanto, considerando as informações fornecidas pela recorrente, e a análise dos documentos acostados aos autos do processo administrativo, não se vislumbra motivos que ensejem a desclassificação da empresa **EXTRA MÁQUINAS S/A** para o item 01 do certame.

VI. CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Procuradoria opina pela **manutenção** da decisão da Pregoeira que julgou:

- **IMPROCEDENTE** a intenção de recurso apresentada pela recorrente **DIGIMAQ COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E SERVIÇOS**, permanecendo a recorrida **EXTRA MÁQUINAS S/A** classificada para o item 01 do certame.

A decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8666/93, que garante a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

Encerrada a fase de julgamento dos recursos administrativos, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, dando-se oportunidade para contrarrazão. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso, do art. 109, § 4.º, da Lei n.º 8.666/93, à decisão superior, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.

Porto Velho, 08 de agosto de 2018.

Jennyfer de Lima Barros Lichevski
Matrícula 300143084

Cátia Marina Belletti de Brito
Chefe da Assessoria Técnica
Matrícula 300137922

Lauro Lúcio Lacerda
Procurador do Estado

[1] Disponível em: <<https://www.fordcaminhoes.com.br/content/dam/ford-brazil-trucks/pdf/f-4000/F-4000.pdf>>. Acesso em 09/08/2018 às 11:13



Documento assinado eletronicamente por **Lauro Lucio Lacerda, Procurador do Estado**, em 15/08/2018, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juraci Jorge da Silva, Procurador(a)**, em 16/08/2018, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Catia Marina Belletti, Chefe de Unidade**, em 20/08/2018, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jennyfer de Lima Barros Lichevski, Assessor(a)**, em 20/08/2018, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2593058** e o código CRC **D45FEA96**.